

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resoluções de Afastamentos nº 599 a 607/2014	02
	Atos Legislativos	
	Requerimento nº 072/2014	03
	Ata de Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde	03

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 599/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **EVEN KEILA SALES REBOUÇAS, Matrícula 10397, RENATO GOMES DO NASCIMENTO, Matrícula 13163, SILAS BARBOSA DOS SANTOS, Matrícula 6679 e JOÃO RICARDO MEDEIROS FILHO, Matrícula 13159** para viajarem com destino ao município de Uiramutã, no período de 23.09 a 02.10.2014, com a finalidade de participarem de reuniões com lideranças daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 23 de setembro de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 600/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **SÉRGIA VASCONCELOS DE MACEDO, Matrícula 6676, GRACIANE SILVA OLIVEIRA, Matrícula 13158, GERLANE DA COSTA QUADRO, Matrícula 7440 e FELIPE MARCOS VIEIRA DA SILVA, Matrícula 15371** para viajarem com destino ao município de Caroebe, no período de 23.09 a 02.10.2014, com a finalidade de participarem de reuniões com lideranças daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 23 de setembro de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 601/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **ISTERLEI ALVES FIGUEIRA, Matrícula 12070, JADER CAMPOS SARAIVA, Matrícula 12646 e FRANKLIN NASCIMENTO VIANA, Matrícula 13500** para viajarem com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 23.09 a 02.10.2014, com a finalidade de visitarem a Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 23 de setembro de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 602/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **CARLA FERNANDA GADELHA VILHENA, Matrícula 7304** para viajar com destino ao município de Cantá, no período de 23.09 a 29.09.2014, com a finalidade de participar de reuniões com lideranças daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 23 de setembro de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 603/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **ANA PAULA DE LIMA SOUZA, Matrícula 15736, ANDRESSA DOS SANTOS SOUSA, Matrícula 15741, DIEGO LIMA CABRAL, Matrícula 13446, EMANUEL DE KÁSSIO LIMA MARTINS, Matrícula 15190 e EVERALDO MOREIRA DE CASTRO, Matrícula 13452** para viajarem com destino ao município de Pacaraima, no período de 24.09 a 03.10.2014, com a finalidade de realizarem levantamento sobre as situações das escolas, postos de saúde, postos militares, bem como, reunir-se com lideranças comunitárias daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 24 de setembro de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 604/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **NEI NELSON SARAIVA FEITOSA, Matrícula 13468, ROBSON FERREIRA DOS SANTOS, Matrícula 15193, RICHAEEL VASCONCELOS DO NASCIMENTO, Matrícula 13738, VANEZIA PENHA NUNES, Matrícula 13473, CHARIFE SAID DIAS, Matrícula 15188 e SUELY DE ANDRADE BEZERRA SÁ, Matrícula 13464** para viajarem com destino ao município de Rorainópolis, no período de 24.09 a 03.10.2014, com a finalidade de realizarem levantamento sobre as situações das escolas, postos de saúde, postos militares, bem como, reunir-se com lideranças comunitárias daquele município, a

serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 24 de setembro de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 605/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **MARIA AUXILIADORA CIRQUEIRA DE SOUZA, Matrícula 13462, GLEYCI ANNE LANDINS DE OLIVEIRA, Matrícula 15738, ROCK JAMES SILVA DE OLIVEIRA, Matrícula 15194, RENAM MELO DE AGUIAR, Matrícula 15192 e FRANCILENE PERES DA SILVA FEITOSA, Matrícula 14753** para viajarem com destino ao município de Normandia, no período de 24.09 a 03.10.2014, com a finalidade de realizarem levantamento sobre as situações das escolas, postos de saúde, postos militares, bem como, reunir-se com lideranças comunitárias daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 24 de setembro de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 606/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **JONES CECCON, Matrícula 13528** para viajar com destino aos municípios de Normandia e Uiramutã, nos dias 25 e 26.09.2014, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 24 de setembro de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 607/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **CLEMILTON CARLOS CORRÊA DOS PRAZARES, Matrícula 11808 e MARIA DOS SANTOS MIRANDA DE MESQUITA, Matrícula 8136** para viajarem com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 24.09 a 02.10.2014, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 24 de setembro de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

REQUERIMENTOS

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO N.º 003/12.

REQUERIMENTO Nº 072/14

Ao Excelentíssimo Senhor

Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente

O Deputado que a este subscreve, amparado no que determina o § 1º do art. 43, do Regimento Interno desta Casa de leis, requer de Vossa Excelência prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial, composta pelos Senhores Deputados: Aurelina Medeiros, Ângela Âguida Portella, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Flamarion Portela, Jean Frank e Soldado Sampaio, que analisa Proposta de Emenda à Constituição n.º 001/12, de autoria de Vários Deputados, que, "Altera e acresce dispositivos normativos à Constituição do Estado de Roraima, após ouvir o Plenário.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2014.

Erci de Moraes

Membro da Comissão

ATAS DAS COMISSÕES

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2014 (AUDIÊNCIA PÚBLICA).

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, às dez horas e trinta minutos, na Sala de reuniões nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se Extraordinariamente a Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, sob a Presidência do Senhor Deputado Joaquim Ruiz, presentes os Senhores Deputados, Membros Titulares, Remídio Monai, e Zé Reinaldo. Ausentes os Deputados Gabriel Picanço e Marcelo Natanael. Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

ABERTURA DA REUNIÃO:

O Senhor Presidente Deputado **Joaquim Ruiz** – Bom - dia a todos, informo aos senhores participantes que para realizarmos esta Audiência Pública, é necessário a presença dos representantes dos órgãos fiscalizadores, para tanto, foram convidados os Senhores Dr. Igor Miranda da Silva, Procurador Chefe da Procuradoria da República em Roraima; e Drª Jeanne Christine de Andrade Sampaio Fonseca, Promotora de Defesa da Saúde-Ministério Público Estadual. Até o momento não registramos a presença dos representantes dos referidos órgãos, portanto, suspendo os trabalhos por cinco minutos para aguardarmos a chegada dos mesmos. Senhores, tendo em vista o não comparecimento dos convidados acima mencionados, reabro os trabalhos agradecendo a presença do Secretário de Saúde, Dr. Alysson Bruno Matias Lins, dos Deputados presentes, George Melo, Soldado Sampaio, Zé Reinaldo e Remídio Monai. No primeiro momento, creio que seria importante ouvirmos a explanação do Estado e em seguida abríamos para os parlamentares que quiserem fazer as perguntas, que as enviassem à mesa por escrito ou se quiserem pode ser verbalmente, não tem problema, para que os gestores possam responder. Obrigado. Com a palavra o Secretário Alysson:

O Senhor Secretário de Estado da Saúde Dr. Alysson Bruno Matias Lins - Senhor Presidente Joaquim Ruiz, Deputado Zé Reinaldo, Deputado George Melo, em nome da Claudete, quero cumprimentar a todos os presentes. Esta audiência pública segue uma recomendação da própria Casa Legislativa, seguindo a legislação da lei 141/12, a Lei Complementar na qual torna obrigatória a apresentação do Relatório Quadrimestral da prestação de Contas da Saúde. Neste primeiro momento, iremos apresentar o Relatório Quadrimestral referente ao período de janeiro a abril de 2014, quando foram feitos investimentos na área de saúde. Gostaria de registrar a presença do Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Presidente Deputado Joaquim Ruiz- Quero informar que convidei o líder da oposição, o líder do Governo para que nós possamos usar da maior transparência possível, Deputado Zé Reinaldo, em relação ao trabalho do atual Secretário da Saúde do nosso Estado.

O Senhor Deputado Zé Reinaldo- Quero cumprimentar o Presidente da Comissão e demais Deputados e comunicar aos demais que é prerrogativa do Presidente convidar todos Deputados, mesmo que não façam parte da Comissão, ele pode usar os argumentos, dar explicações que achar necessárias, apenas não terá direito ao voto em momento de definirmos qualquer questões que seja obrigatória a ser votada.

O Senhor Secretário de Estado da Saúde Dr. Alysson Bruno Matias Lins - Bom - dia a todos, gostaria de cumprimentar novamente a Mesa: o Presidente da Comissão de Saúde Deputado Joaquim Ruiz, o líder

do Governo Deputado Zé Reinaldo, Deputado George Melo, Deputado Remídio Monai e o Deputado Soldado Sampaio. E em nome da Secretária Adjunta Claudete Praia, cumprimento os demais componentes da Mesa. Meu nome é Alysson Bruno Matias Lins, estou em exercício, como Secretário adjunto da Secretaria Estadual de Saúde, desde do dia 9 de junho do ano em curso, devido ao afastamento do titular da pasta por motivo de saúde. Compõe comigo a Secretaria, a Secretária Adjunta Claudete Praia. O motivo desta audiência é apresentar o 1º Relatório Quadrimestre da prestação de contas da saúde referente ao ano de 2014. Os investimentos que foram realizados neste período através da Secretaria Estadual de Saúde. Com base nessa apresentação, estamos utilizando o Plano Estadual de Saúde do quadriênio de 2012 a 2015, que foi aprovado em fevereiro de 2013, através da Resolução 453/13 do Conselho Estadual de Saúde. Os preceitos legais desta audiência pública é a lei complementar 141/12, seu art. 36, que determina a exigência do relatório quadrimestral da prestação de contas, assim como informações mínimas, e determina sua apresentações em Audiência Pública na respectiva Casa Legislativa. E para nortear a apresentação o Conselho Nacional de Saúde, criou a resolução 459, de 2012, na qual determina os requisitos mínimos, as informações mínimas a serem apresentadas e como devem ser apresentados na referida audiência. Conforme esse modelo determinado pela resolução, a apresentação deverá ter: **I- Introdução**, com apresentação de dados que caracterizam uma esfera de gestão correspondente ao Ato ou reunião que aprovou o respectivo Plano de Saúde; registro de compromissos técnico- político julgado necessários, que evidenciaram as prioridades de gestão. **II- Demonstrativo do Montante e Fonte dos Recursos Aplicados no Período**, Utilização do SIOPS; **III Informações sobre Auditorias**; Obrigatório informar os seguintes campos: Demandante, Órgão responsável pela Auditoria, nº da Auditoria, Finalidade, Unidade, Auditoria e Encaminhamentos; **IV - Rede Física de Serviços Públicos de Saúde, Próprios e Privados Contratados**; **V- Produção dos Serviços de Saúde**: Produção baseada nos sistemas de informação oficiais que expressem aspectos relativos à Atenção Básica, Urgência e Emergência, Atenção Psicossocial, Atenção ambulatorial Especializada e Hospitalar, Assistência Farmacêutica e Vigilância em Saúde. e, **VI - Indicadores de Saúde**. Deverão contemplar os de oferta, Cobertura e Produção, com o objetivo de monitorar as ações da Programação Anual de Saúde. O Plano Estadual de Saúde do quadriênio 2012/2015 foi aprovado em fevereiro de 2013, dentro do orçamento de 2014, os recursos aplicados com base no orçamento do Estado previsto para 2014, incluindo todas as receitas de dois bilhões trezentos e sessenta e cinco milhões de reais. Neste primeiro quadrimestre de janeiro a abril de 2014, a receita realizada foi de oitocentos e quarenta milhões de reais. Para saúde, as receitas e despesa com ações, referente ao Sistema Único de Saúde, estavam previstos inicialmente setenta e oito milhões provenientes de recursos federais que são repasses, através de convênios. **Receitas e Despesas** com ações do SUS, a dotação inicial das despesas correntes foi de trezentos e cinquenta e seis milhões, mas atualizada passou para trezentos e oitenta e quatro milhões. **Outras Despesas Correntes**; valor de cento e sessenta e dois milhões, no qual estão incluídos materiais, medicamentos, despesas terceirizadas, contratos com prestação de serviço tipo cooperativa. **Despesa de Capital**: oito milhões aproximadamente. **Investimentos Financeiros** na ordem de oito milhões de reais que teve um acréscimo na dotação atualizada para sessenta e um milhões, na qual inclui o financiamento para construção e ampliação do Hospital Geral de Roraima com 120 (cento e vinte) leitos clínicos, 40 (quarenta), leitos de UTI, 10 (dez) salas de centro cirúrgico e outros convênios para construção, adquiridos nesse período. Nesse primeiro bimestre janeiro a abril, foram empenhados trezentos e vinte e seis milhões, tendo uma ressalva que o orçamento foi liberado a partir de fevereiro, mas que iniciamos o orçamento no mês de março. Então, de março a abril, nós já tínhamos empenhado 84% do orçamento para 2014, o que corresponde a trezentos e vinte e seis milhões. **Pessoal Encargos** utilizando 96,49% nesse primeiro quadrimestre referente ao valor estimado para janeiro a abril; para **Outras Despesas Correntes**, 73%. Continuando com as despesas, referente ao Sistema Único de Saúde, a dotação inicial de recursos Federais é de setenta e oito milhões, teve um acréscimo para cento e sessenta milhões. Esse acréscimo foi justamente as portarias das redes assistenciais, que são redes cegonha, emergências, rede psicossocial, e investimentos na área de infraestrutura que contemplam essas redes. **Os Recursos de operações de Créditos** de trinta e dois milhões foi referente à ampliação do HGR, que totaliza cento e sessenta milhões, são recursos federais. As despesas com ações e serviços referentes ao repasse constitucional dos 12% da receita do estado referente a duzentos e trinta e seis milhões de reais. Nesse quadrimestre, se pegamos o valor que o estado recebeu de oitocentos e quarenta milhões e o valor que a saúde empenhou nesse período, corresponde a trinta e dois milhões e dois milhões do que o estado recebeu bem superior aos 12% constitucional do estado. Esse valor não se refere ou não será o valor que o estado investirá no final do ano. Esse período,

como iniciou o orçamento em fevereiro, porque teve um problema no sistema nós iniciamos em março os empenhos. Então foi empenhados não só o montante desse quadrimestre, mas também os meses seguintes. Dentro do orçamento, separando o que foi aprovado pela Casa, estava previsto um milhão e cinquenta e um mil para atenção básica, cujo a dotação atualizada foi de oitocentos e noventa e oito mil, e no primeiro quadrimestre foram executados seis mil reais. **Assistência Hospitalar e ambulatorial**, cento e cinquenta e um milhões, a dotação atualizada, duzentos e dois milhões, e foram liquidadas no primeiro quadrimestre quarenta e três milhões. **Vigilância Sanitária**, dois milhões, dotação atualizada, vinte e cinco milhões, essa atualização se deve ao bloco de gestão na vigilância Sanitária que compõe recursos federais que caíram e que acabou ampliando essa dotação atualizada. No primeiro bimestre foram utilizados quase cinquenta e cinco mil reais. **O Bloco da vigilância Epidemiológica**, três milhões, teve uma dotação atualizada para treze milhões de reais, e no primeiro quadrimestre foram utilizados seiscentos e dezesseis mil reais. **utras Subfunções**, onde está inclusa folha de pagamento, terceirizados e outros serviços da Secretaria Estadual de Saúde. Vale a pena reforçar que alguns recursos repassados para algumas ações, como a vigilância são recursos de financiamentos específicos. Então, a Secretaria Estadual de Saúde não pode utilizar esses recursos para outros fins. Na vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, na parte de educação tem recursos disponíveis na Secretaria para serem aplicados. Estamos planejando, já concluindo os processos, investir na qualificação dos profissionais e na vigilância da saúde, pois não podemos deslocar para cobrir outras despesas, como: medicamentos, material e pagamento de pessoal. Dentre as auditorias realizadas no primeiro quadrimestre, temos a que foi realizada no hospital Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré, uma visita técnica realizada no SAME e no faturamento para aferir os procedimentos realizados naquela unidade. Hoje nós temos alguns problemas em algumas unidades em relação a faturamento de procedimentos. Então, essa auditoria foi solicitada justamente para verificar quais eram os entraves em relação a esse faturamento e como estava sendo o faturamento. **Rede Física de Serviços de Saúde**. No Estado, nós temos 340 estabelecimentos distribuídos, conforme a planilha apresentada. No primeiro quadrimestre, nós tivemos a aprovação, pela Casa Legislativa, do PCCR da Saúde, através da lei nº 948/14. Foram beneficiados com esses enquadramento três mil, oitocentos e quarenta e cinco servidores no qual foram incluídos. No mês de abril, iniciamos o pagamento referente ao mês de abril no mês de maio que teve impacto financeiro em torno de três milhões e oitocentos mil reais no mês de abril até o mês de julho. No mês de julho, a partir do pagamentos das gratificações que também contemplavam o PCCR, nós tivemos um aumento do custeio com recursos humano de aproximadamente um milhão e duzentos mil. Então, só em recursos humanos, este ano nós tivemos incremento de cinco milhões na folha de pagamento com os três mil, oitocentos e quarenta e cinco servidores efetivos que fazem parte do quadro da SESA. Nesse mesmo período, foram entregues algumas obras, como o Hospital de Rorainópolis que vai atender a regional sul, hoje o hospital de Rorainópolis tem no seu quadro Clínico Cirurgião Geral durante 24 horas, Obstetras, Ortopedistas, Anestesiastas e Clínicos-Gerais. Com a inauguração do Hospital de Rorainópolis, no dia 30 de março de 2014, diminuiu o fluxo de pacientes para a capital, onde estão realizando muitos procedimentos como, por exemplo, cirurgia geral e obstetra. O que falta hoje no Hospital de Rorainópolis é fortalecer como referência para aquela região, que futuramente vai diminuir ainda mais a demanda para a capital. O Hospital de Rorainópolis possui uma estrutura nova bem superior da que é ofertada na capital, ele tem o que na capital hoje está em déficit, e que estamos programando para suprir a curto, médio e longo prazos que são os leitos de retaguarda. A Escola Técnica do SUS foi inaugurada no dia 03 de abril de 2014, já iniciamos vários seletivos para realização de cursos. Iniciamos um diálogo com a Universidade Estadual, vamos tentar retornar, visando ampliar a qualificação dos nossos profissionais e, paralelo a isso, já iniciamos a contratação de processos para contratar empresas para qualificar os profissionais da assistência para melhorar a assistências prestadas aos usuários do SUS. Apresentar também um pequeno resumo da nossa produção de serviços de saúde, nós tivemos na nossa rede privada e credenciada pelo SUS a oferta, no primeiro quadrimestre, de Ressonância Magnética para 2.016 exames; Tomografias 2.930; Cintilografia 4.202; Mamografia e Biopsia 1.905; Densitometria Óssea 1.149; Consulta Oftalmológica, Cirurgia e Exames com 41.859 procedimentos; Teste ergométrico e Holter 507; Litotripsia 166; Hemodiálise, 8.376 sessões e insumos; Exames Laboratoriais, 37.760; Óculos 7.764; Quimioterapia, 693; Endoscopia Digestiva, 366 e Fisioterapia 1.492 sessões. Se formos comparar com outros estados, a oferta de exames proporcional à nossa população é uma oferta grande, o tempo de espera hoje para se realizar um exame de alto custo, um de média e alta complexidade comparado aos grandes centros que têm mais recursos financeiros e ma rede própria maior é muito curto. Dependendo da

patologia do paciente, esse exame é regulado pela nossa coordenação geral de regulação, através de um médico regulador, o paciente é priorizado e seus exames de média e alta complexidades são realizados num intervalo mais curto, isso a nível ambulatorial. Em relação aos procedimentos de emergência, após a solicitação, são encaminhados para as redes privadas credenciadas, onde são realizados os exames, quando não dispomos nas nossas unidades. O SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) realizou nesse período 8.890 atendimentos pré-hospitalar. O papel do Estado em relação ao SAMU é a regulação desses atendimentos. Então, a central recebe as ligações, classifica e acaba regulando e acionando as unidades municipais tanto da capital quanto do interior. Nesse período, foram investidos com materiais Ortosintese adquiridos pela secretaria por quatro milhões de reais, na Ortopedia foram empenhados sete milhões de reais, totalizando onze milhões de reais. Esse material empenhado, acabou suprimindo a nossa maior demanda hoje em média e alta complexidades no Hospital Geral de Roraima que trata pacientes vítimas de acidentes de trânsito, o material foi empenhado, e uma parte foi adquirida que se encontra sob a guarda do Hospital Geral de Roraima. A Saúde Itinerante é um dos programas mais importantes da Secretaria que acaba levando atendimento especializado da capital para as unidades do interior, evitando assim o deslocamento dos usuários do interior para a capital. Esse deslocamento acaba gerando um custo, um desgaste para o paciente. Neste quadrimestre, foram ofertados 24.526 atendimentos em diversas especialidade como: Oftalmologia Ginecologia, Endocrinologia, Cardiologia, Pediatria, Clínica Médica, Dermatologia, Ortopedia, Urologia e Otorrinolaringologia. Junto com essas consultas também nós ofertamos os exames complementares, como: ultrassom, eletrocardiograma e a entrega de confecção de óculos para os usuários, evitando assim o deslocamento até a central de regulação para solicitar esses óculos. Na rede Psicossocial, o CAPS III/UISAM registrou 9.078 atendimentos. O CAPS AD, com uma produção de 320 atendimentos. O NERF, com 1.604 atendimentos ambulatoriais e 9.424 procedimentos fisioterapêuticos. Neste semestre, estaremos até o término do mês de agosto inaugurando o CAPS AD com sua nova estrutura que funcionará no Jardim Floresta, onde nós iremos ampliar os leitos para observação desses pacientes da rede psicossocial e assim poder atender melhor os pacientes dependentes químicos e de álcool que ficarão internados nessa unidade. TFDs. Todos procedimentos que são solicitados pela nossa rede de especialistas que não dispomos aqui no Estado, seja por falta de especialista ou material de alto custo e que para o Estado se torne inviável em adquirir devido à pequena demanda ou a demora na aquisição desse material, nós emitimos os tratamentos fora do domicílio. A Secretaria Estadual de Saúde tem trabalhado em cima dessa demanda a partir do momento em que aumentou muito a demanda de determinada especialidade, a gente calcula o custo benefício em trazer esses serviços para ofertar aqui na capital. A partir dessa demanda, a gente programa as compras e o redimensionamento das unidades de saúde. Os destinos desses TFDs por localidades, boa parte é para a região Centro Oeste, Sudeste e região Nordeste. Neste primeiro quadrimestre foram realizados 562 TFDs no qual o estado entra com passagem aérea de ida e volta com acompanhante e uma ajuda de custo. A Produção Ambulatorial pela SEGAF, como está registrado no nosso sistema, a coleta de dados. No período de janeiro à abril de 2014, a produção dos medicamentos excepcionais que foram entregue a pacientes totaliza noventa e nove mil reais. A produção Hospitalar no sistema de internações totaliza quatro milhões, trezentos e cinquenta e um mil reais. Esse são os dados oficiais do nosso sistema. Hoje a Secretaria tem uma falha muito grande em relação à alimentação do sistema devido a diversos fatores, mas estamos tentando corrigir na atual gestão com a criação de algumas comissões, deslocando servidores capacitados e treinados que hoje estão na Secretaria para as unidades, para fortalecer o nosso faturamento. Então esse faturamento é bem inferior ao que produzimos em cada unidade. A secretaria junto com o corpo técnico identificou essa falha, buscamos ajudas e o apoio do Ministério da Saúde que já realizou visitas, através do S.O.S emergência no último mês de julho, o qual está nos assessorando para melhorar e identificar os entraves e corrigi-los para a gente poder aumentar o faturamento, com o aumento do faturamento justificando durante três meses esse faturamento e apresentando ao Ministério da Saúde na tentativa de aumentar o repasse de recurso da fonte média e alta complexidades para com esses recursos tentar financiar outras ações da saúde. Nesse período, com relação ao grupo de medicamento, os de Atenção Básica, foram dispensados oitenta e três mil reais; para Medicamento Hospitalar, Judicial, Quimioterápico, Nutrição e Soro, o valor gasto foi de dois milhões duzentos e cinquenta e dois mil reais; com Material Médico Hospitalar e Odontológico, foi registrado um gasto de três milhões, quatrocentos e sessenta mil reais; Medicamento de Alto Custo, valor gasto foi de dois milhões e sessenta e três mil reais, e com Medicamento Saúde Mental, quatrocentos e noventa e nove mil reais, totalizando um investimento com aquisição de medicamentos, oito milhões trezentos e cinquenta e nove mil reais. Esses medicamentos foram adquiridos

no período não necessariamente para serem consumidos no período. O Conselho Estadual de Saúde realizou quatro reuniões ordinárias nesse período, sendo a primeira no dia 14 de janeiro, a segunda 11 de fevereiro, a terceira dia 25 de março e a quarta em 29 de abril. Nas reuniões do Conselho surgiram três resoluções: Nas ações da Vigilância epidemiológica foram analisadas 612 declarações de Óbito, Análise de Declaração de Nascidos Vivos 3.225; Casos Suspeitos de Doenças de Notificação Compulsória, 2.576; Casos de Meningite, foram Suspeitos 25; Casos de Meningites foram confirmados 9. Nas ações da Vigilância Ambiental foi feito monitoramento do uso agrotóxicos 112, Monitoramento em áreas de risco com contaminação em solo, 18; coleta de amostras de água para consumo humano no hospital, 20. Todas as amostras são coletadas e encaminhadas para as unidades de saúde e para a secretaria para as devidas providências, caso haja alguma alteração. Controle de Vetores: 495 notificações no caso de Dengue, casos confirmados 203. Malária, 28.894 lâminas coletadas e, destas, 2.629 deram positivo. Inspeção Sanitária: foram realizadas 7 Inspeções Sanitárias em Hospitais, Cadastro de Estabelecimentos sujeitos à ANVISA, 21; Exclusão de Cadastro de Estabelecimentos Sujeitos à Vigilância Sanitária, 02; Inspeção de Estabelecimentos sujeitos à ANVISA 77; Licenciamento dos Estabelecimento sujeito à ANVISA, 15; Recebimento de Denúncia/ Reclamações, 01; Atendimento de Denúncias/Reclamações 04; Inspeção Sanitária em Serviços de Alimentação, 08; Laudo de Análise Laboratorial do Programa de Monitoramento de alimentos recebidos pela vigilância Sanitária, 04; Análise e aprovação de Projetos/Ações Educativas, 59; totalizando 198 ações. No Relatório de Produção Estatística do LACEN, no nosso laboratório Central foram realizadas, no total, 20.396 produções nesse período. A Ouvidoria Estadual, consolidando todas as unidades do Estado, registrou, nesse primeiro quadrimestre denúncias, reclamações, informações, solicitações sugestões e elogios, 1.697 casos registrados na Ouvidoria da Saúde. Conforme os indicadores da saúde, nós tivemos um prejuízo em relação à apresentação devido ao sistema encontrar-se fechado para pactuação em 2014. Então, não conseguimos consolidar essas informações oficiais. Na Auditoria está bem claro em relação à Lei 141 de 2012 quanto aos dados que devem ser apresentados, devem ser dados oficiais que são lançados no sistema oficiais do Ministério da Saúde. As informações foram colhidas através do site da saúde, onde o acesso é livre para qualquer usuário do SUS, servidor ou gestor. Colocamos o nosso endereço eletrônico da Secretaria Estadual de Saúde, e telefone para ouvidoria, caso haja alguma sugestão. Quero agradecer, acho que esta iniciativa da Assembleia Legislativa é uma determinação de Lei Complementar 141/2012, mas não estava sendo realizado nos últimos anos. O Deputado Joaquim Ruiz teve a iniciativa, procurou a Secretaria, formalizou o pedido da audiência deste primeiro quadrimestre, que é obrigatório, para apresentarmos. Além de agradecer ao presidente da Comissão de Saúde, também agradeço ao todo corpo técnico da SESAU que se prontificou em colher as informações sobre o primeiro período de gestão deste anos, que é de janeiro a abril de 2014, no qual não fazia parte nem eu nem a Claudete, como gestores da pasta, mas como profissionais da assistência. A Claudete estava na assistência no Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré, enquanto eu, como Diretor do Pronto Socorro e Pronto Atendimento Airton Rocha. Obrigado. (aplausos).

O Senhor Presidente Deputado Joaquim Ruiz- A palavra está franqueada aos Deputados. Tem algum participante que quer fazer uso da palavra? Só está a equipe nota 10 da saúde que faz milagre com os recursos conforme ouvimos aqui. Passo a palavra do Deputado Zé Reinaldo.

O Senhor Deputado Zé Reinaldo- Bom, quero dar bom dia a todos, na pessoa do nosso Secretário Dr. Alysson e toda sua equipe, como líder do governo cabe aqui da nossa parte, Presidente, cumprimentar Vossa Excelência, cumprimentar a imprensa, servidores da Assembleia Legislativa, nossa Secretária Adjunta, enfim, dizer ao Dr. Alysson diante da explicações que Vossa Excelência apresentou, aqui está o Deputado Soldado Sampaio, líder da oposição, e dizer que quem faz saúde neste Estado são os servidores, santos milagrosos, se tem dito no decorrer do tempo que a saúde por muito tempo foi comparada com um camburão de água embaixo de uma torneira que, de pingo em pingo, foi enchendo e transbordou. Transbordou na falta de recursos, transbordou no investimento dos servidores, nas estruturas. Hoje, estamos parabenizando o governo que, com todo um sacrifício inaugurou o Hospital de Rorainópolis com toda estrutura ainda não completa, já mostra um resultado, Deputado George Melo, satisfatório fazendo com que para alguns procedimentos o paciente não precise vir do sul do Estado para vir à capital, era algo rotineiro no dia dia da saúde do Estado principalmente na região sul. A breve reforma também do Hospital de São Luiz que, dentro da sua condição de atendimento, ajuda o Hospital de Rorainópolis e com isso diminui a demanda para Boa Vista. É um grande avanço, aquele hospital ficou impedido por mais de dez anos por conta de recursos oriundos do Tribunal de Contas

da União, mas o Governo do Estado teve a coragem de usar o pouco recurso que tinha para poder inaugurar aquela unidade que tem sido de certa forma um baluarte no apoio à saúde no sul do Estado. Temos conhecimento da deficiência, está comprovado através do relatório, que o orçamento financeiro, Presidente, que você viu, são 32%. Imagine isso! quantas dificuldades para se fazer uma saúde de qualidade num estado que também atende a Guiana, Venezuela, Amazonas e até o Pará, de onde vem paciente fazer tratamento aqui em Boa Vista, imagine essas condições! Então, nós não podemos dizer que hoje quem faz saúde neste Estado não são santos milagrosos, além da dedicação. E aí nós temos que nos reportar aos gestores e toda equipe técnica que compõe a Secretaria de Saúde, desde os médicos, enfermeiros, os que trabalham na portaria contribuem para uma gestão hoje diferenciada. Eu peço a Deus que nós inauguraremos logo esses três blocos o mais rápido possível, que estão sendo construídos com recursos do PAC II, recurso que foi feito em convênio com a CODESAIMA e parte parte desse recurso destinado à construção, foi na ordem de seis milhões de reais, eu estava como presidente quando foi feita essa destinação. Dr. Alysson, você com sua equipe, conviveu com todos no pronto atendimento, fez uma boa gestão, ali você foi cuidadoso, dedicado como todos que fazem a saúde do nosso estado. Nós temos a certeza que, se não fosse, na maioria das vezes, a dedicação de cada um nós, não teríamos a saúde que nós temos, porque as dificuldades são claras, são visíveis. O Governador Chico Rodrigues vem com uma condição inovadora, ele tem a preocupação de vistoriar a saúde, sai de madrugada para visitar o hospital em Rorainópolis, ele incorporou o compromisso e a preocupação que o Brigadeiro tinha também com a saúde. É bom saber que um gestor acorda de madrugada para visitar uma unidade de saúde, tomar conhecimento da sua deficiência. Nós estamos vivendo um momento de estágio probatório, estamos vivenciando este momento político. O Vice-Governador Chico Rodrigues que assumiu como Governador está buscando oportunidade de poder fazer a sua gestão, dando uma demonstração de que com fé, determinação, coragem e com uma equipe comprometida como a da saúde, se consegue obter resultados satisfatórios, às vezes, até inesperados. A dificuldade existe, mas, hoje, se pega o jornal a gente percebe que não há tanta informação negativa em relação à saúde do nosso Estado. Então, isso é de grande importância para nós e para a sociedade do nosso Estado. Não é importante para o governo, não é importante para o servidor da saúde, é importante para a pessoa que precisa do atendimento. Recentemente, estive de madrugada na unidade, onde a equipe estava atendendo as pessoas de uma forma carinhosa, de uma forma humana, é o que está mudando essa realidade. Nós temos a Maternidade, o Centro de Referência, o Cosme e Silva, todas são unidades pelas quais você passa fazendo visita informalmente, sem se identificar, sem querer aparecer com a função que a gente tem, mas para observar, visando orientar a nossa equipe de saúde para que faça um grande trabalho. Vossa Senhoria traz as informações a esta Casa, e o Presidente as apontou, alias o Deputado Joaquim é muito cuidadoso, é cauteloso, era preciso fazer isso principalmente neste momento quando se precisa haver transparência dos gastos da saúde, e Vossa Senhoria está fazendo isso com muito zelo, com muito cuidado, com muita simplicidade conforme seu estilo, também o estilo do nosso Governador. Então, quero finalizar parabenizando a equipe da saúde do nosso estado aqui presente, equipe engajada na luta, dando sua contribuição para salvar vidas. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado Joaquim Ruiz. Deputado George Melo.

O Senhor Deputado George Melo - Quero parabenizar toda a equipe da saúde que é preparada, competente, face à necessidade, dar uma enxugada e onde precisa mais a gente atender mais, dar um suporte onde está pouco, fazer uma maior divisão de qualidade. Acho que quando a gente tem pouco e a gente aprende a dividir, não dá pra ficar sonhando e manter esse status de tantos milhões de ressonância magnética, exame caríssimo. Acho que deve ser feito com mais critério, não é só para alguns exames, a agente pode agora colocar a equipe da saúde na preparação do orçamento para 2015, para discutir com a Assembleia para que dê uma condição, o estado também tem que dar a sua parte. Eu acho que é necessário que se abra no orçamento, pois a saúde é prioridade, o doente que chega não pode esperar. Eu sei que o Estado tem que dividir quanto a infraestrutura com outros setores; tem a agricultura, outros setores infraestrutura, mas o estado tem que dar um pouco para a saúde. Quero me colocar à disposição para fazer esse trabalho, dar um pouco mais do estado, sei que vocês estão no fio da navalha, a condição da saúde é difícil, Deputado Zé. Se a gente mantiver mesmo com os esforços de todos, eu não acredito que em julho do ano que vem eles consigam estar funcionando com regularidade. O Deputado Joaquim Ruiz foi extremamente habilidoso e sensível em trazê-los aqui

porque o momento da gente dar um pouco é agora. Então, mais uma vez, me coloco à disposição da Secretaria de Saúde no que for necessário para que possamos discutir com transparência, dar um pouco mais para que vocês tenham condições de trabalhar com a mesma determinação que vocês estão trabalhando. Muito obrigado e bom - dia a todos.

O Senhor Presidente Deputado Joaquim Ruiz- Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio- A gente está num período de tentar assobiar e chupar cana ao mesmo tempo, fazer o papel de parlamentar e ao mesmo tempo cuidar da nossa reeleição, isso é natural de norte a sul do Brasil, mas não poderia faltar uma audiência de suma relevância para o Estado, para gestão pública e para esta Casa também sobre o demonstrativo da prestação de contas da Secretaria de Saúde. Cumprimento a todos. Bom-dia, Presidente. Não é surpresa o clamor da sociedade por uma saúde melhor. Do norte a sul do estado, nós temos vivenciado essa situação. Como Parlamentares somos cobrados constantemente por a onde a gente anda as vezes, essas cobranças vêm de maneira dura, em especial daquele que tem algum problema com sua saúde ou de familiar seu. Tem alguma pessoa que perde até um pouco da sua sensibilidade e parte para agressão. E com todas as razões, a realidade é que hoje a população cobra e exige, com todas as redes sociais essa transparência que a legislação brasileira exige, as pessoas buscam se informar e começam a questionar o montante de valores onde estão sendo aplicados, se estão chegando de fato na sociedade. não é à toa que o próprio governo hoje declarou estado de calamidade na saúde pública, e precisa ser enfrentado. Acho que nós, por fazermos parte do bloco de oposição ao governo, não temos nenhum prazer em tirar qualquer dividendo político dessa situação, tem outras formas de fazer política, até de apresentar melhores propostas do que ficar apontando o dedo. Essa cobrança da oposição e da sociedade serve também como um balizador, como um alerta para os gestores da saúde buscar em resolver essas questões, hoje motivo para clamor popular. Eu quero parabenizar o Secretário e, toda equipe, desejar boa-sorte. Vou analisar mais profundamente este relatório, se tiver alguma dúvida vou procurá-lo, de antemão, me colocando à disposição para que o líder do governo, ao considerar nossa contribuição enquanto parlamentares, enquanto bloco de oposição nesta Casa, naquilo que é saudável. Um exemplo disso, com a ajuda do Deputado Joaquim na aprovação do Plano de Cargos e Salários dos Servidores, nós sabemos que quem opera de fato na saúde é toda equipe que está na ponta, os médicos, os auxiliares, técnicos que estão no dia a dia. Um grande avanço não foi fácil, os embates nesta Casa. Deputado Joaquim está de parabéns, por onde ando o parabeno-o pela sua condução à frente da Comissão de Saúde e Educação, graça à sua habilidade em buscar resolver. É claro que não atendemos como a categoria merecia como gostaríamos, mas acredito que há sim uma satisfação em parte dos servidores por terem sua garantia, seu Plano de Cargos e Salário sem ficarem naquela dependência, naqueles plantões, enfrentando uma situação constrangedora que a gente vivia no Estado. Os servidores até deixavam de prestar os serviços normais para tirar plantão para ganhar mais, e não tinham um trabalho de continuidade nas ações, terminava o plantão virava as costas e ia embora. Quando a nova equipe chegava, procurava se inteirar de como estava. Hoje, com a adoção das escalas de saúde, a gente sente mais tranquilidade. Tenho acompanhado os servidores da saúde, o sindicato, até pela afinidade do meu mandato, com os movimentos sociais, eu vejo que não estão plenamente satisfeitos mas reconhecem que avançaram. E a questão para transformar a administração deficiente eu não sei quais são os problemas localizados, e que precisam ser enfrentados de imediato, aquela questão da parceria com a Prefeitura com atendimento básico. Observa-se no Hospital Geral pessoas que poderiam ser atendidas em postos médicos e, em especial, no final da tarde, pois parece que as pessoas adoecem mais e procuram dentro do atendimento básico o que sobrecarrega aquele atendimento, além deste, tem atendimento de pequenas doenças, as mais graves, então se forma uma grande fila, dá sensação que a saúde não está funcionando. Então, não sei como seria essa parceria com o programa Mais Médicos que veio para contribuir nessa questão, em tem ajudado, mas o que a gente pede, Secretário, é realizar mais cirurgias devido às reclamações com frequência. Enquanto à demora nas cirurgias, não sei qual é o entrave que está acontecendo, em especial, nas questões dos acidentados que é preocupante. É um mal que assola o Brasil, e Roraima é vítima disso também na questão do trânsito. Precisamos buscar alternativas, parceria com a Secretaria de Segurança órgãos fiscalizadores de trânsito com a Secretaria de Saúde. De fato o acidentado de moto custa caro para o Estado. Outra questão que nos preocupa é a questão do TFD, acompanhando aqui no relatório as pessoas ficam muito sensíveis, às vezes, não sai a tempo. Também tem o problema no hospital a questão da

vaga, assessorar melhor essas pessoas que fazem os serviços de agendar as cirurgias fora do estado. É uma reclamação só. Tenho visto, muitas vezes, estar autorizado o TFD, mas não conseguem vaga no hospital. Então eu pediria atenção para essa questão. A outra questão é sobre a ajuda de custo. É comum ver pessoas carentes apelando para feijoadas, e ao mesmo tempo o governo sendo criticado devido ao valor e a demora para conseguir essa ajuda. Sabemos que nos grandes centros cinquenta reais não é muito para se conseguir uma pousada e outras despesas. Então, nem se fala, peço mais atenção na questão do TFD, vamos tentar evitar essas feijoadas. Isso é ruim para a classe política, ruim para o governo, para a saúde. Quero parabenizar e me colocar à disposição da bancada da oposição nesta Casa para tentarmos avançar de maneira concreta. Afinal, aqui em Roraima, nós sabemos, mesmo quem tem plano de saúde, mas na hora da necessidade ele vai para o Coronel Mota ou no HGR, porque quem socorre é o Estado, do pequeno ao grande. Então, parabéns a toda a equipe, desejo sorte e, mais uma vez, me coloco à disposição. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado Joaquim Ruiz - Agradeço suas palavras, Deputado Sampaio, líder da oposição. Eu vou fazer algumas cobranças, Secretário. Primeiro, prestei atenção no investimento que é feito na área de oftalmologia, onde alguma coisa está errada, é o maior investimento de acordo com os números na área de oftalmologia. É preciso fazer uma correção nisso, porque tem outras prioridades e, mesmo assim, ainda tem deslocamento para o sistema SUS para fora do Estado de um milhão e duzentos mil reais menos do que outros setores. No meu ponto de vista, eu não sou médico, em outros setores há muito mais prioritários. É preciso pois, rever essa situação do investimento que está sendo feito de acordo com os dados de vocês na área de oftalmologia, nesses quatro meses, mais do que em oncologia e uma série de outros aí, que precisam de uma atenção especial. No meu ponto de vista é preciso ser revisto. Por outro lado, a quantidade de TFD aqui apresentados, mais do que nunca estou convicto de que a decisão do Governador em aprovar o meu projeto, criando o curso de medicina na Universidade Estadual de Roraima, está correto. Faltam especialistas em Roraima, precisamos ter especialistas. Quando realizamos um concurso aqui, a grande maioria dos médicos, que passaram, buscavam um segundo contrato do Governo, e não médicos que vieram de fora. Pelo salário que é oferecido, por falta de uma rede privada, a maioria dos médicos preferem ganhar menos na rede pública fora de Roraima, em outros Estados, porque eles têm uma renda na área particular que cobre a rede pública e acabam ganhando mais do que aqui. Então, ninguém vem para Roraima. Por isso, o nosso projeto é para 40% (quarenta por cento) das vagas para os alunos da rede pública dos Municípios das vagas do interior de Roraima, as outras 40% (quarenta por cento) das vagas são para os alunos da rede pública e privada de Boas Vista, os 20% (vinte por cento) para o resto do Brasil, porque nós não podemos discriminar os estudantes de outros Estados. O diferencial desse curso é que precisa fazer uma especialização seja onde for, a Universidade vai custear a especialização, para que, no determinado tempo, esse quadro possa ser mudado. Não adianta ter o hospital das clínicas funcionando se não tem especialistas, vai continuar esse drama que o Secretário está colocando aqui. Para certas especialidade em Roraima só há um médico. Por outro lado, o TFD e perguntei à Senhora Claudete, sobre a área de urologia. Nós temos um médico aqui, que tem doutorado, que faz micro cirurgia de câncer de Próstata, mas encontra uma série de dificuldades para fazer cirurgia de alta complexidade. Embora haja em nosso Estado um médico extremamente preparado, ainda vejo a prática de TFD, quem opera por robótica no Siro Libanês, eu acho que tem capacidade fazer cirurgias aqui para evitar essa demanda de TFD para outros Estados. Se o Estado não tem equipamentos, mas ele tem equipamento, eu conheço o equipamento, até por que é meu parente. Eu não estou dizendo para aproveitar esse médico na área privada, não. Estou dizendo que se aproveite a capacidade que ele tem no sistema SUS. Ele encontra uma extrema dificuldade. Como Presidente da Comissão de Saúde, tenho conhecimento que há um grupo formado que procura dificultar as cirurgias, ele pode salvar vidas, vou citar o nome dele é o Dr Mário Maciel, tem encontrado extrema, extrema dificuldade, como profissional, de operar no sistema SUS. Não sei qual é o problema. Já tive problema com vários Secretários de Estado, cobrando que se dê oportunidade para evitar que uma cirurgia na área de câncer de Próstata, se realize por médico que nem trabalha na área de oncologia. Mas, veja bem, ele tem doutorado mas não está na oncologia, que dizer, essas coisas, essas montagens que são feitas é normal em qualquer setor, precisa ser revista na área de saúde pública. R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões) a média que o Governo Federal passou. Nós lutamos, fui a vários encontros no Brasil inteiro discutindo para que os 10% (dez por cento) da receita líquida da União viessem para a saúde pública do país. Há um lobby fortíssimo da iniciativa privada que dificulta, a realização de vários

exames, há interesse que saiam do público para o privado, uma forma de manter uma rede em nível nacional, voltados para esses interesses, tirar recursos do público para o privado. Então, são lobbys fortíssimos, nós não conseguimos, em nível nacional, fazer esse movimento, esse foi um depoimento de um Parlamentar Federal, médico do Estado de Minas Gerais, que falou para todos os Presidentes das Comissões de Saúde do Brasil, e aquilo me assustou, um lobby fortíssimo dentro do Congresso Nacional para que a gente não aprovasse os 10% da receita líquida do Governo Federal. Problema da Cooperativa. Segundo o Secretário colocou, a folha aumentou para cinco milhões. O acordo que tinha feito aqui o Deputado Sampaio, vossa Excelência está lembrado que o convidei a participar de todo aquele problema em relação ao custeio. Naquela época o ex-Secretário Leocádio falou que o aumento não seria significativo, porque haveria uma redução significativa na cooperativa. É outro fator na nossa saúde pública que precisa ser avaliado. Essa cooperativa é diferente das outras cooperativas de outros Estados que tive a oportunidade de visitá-las. No Amazonas é diferenciada. A cooperativa daqui é um buraco que capta recurso, e precisa ser reavaliada. O custo de administração, se não me falha a memória, é de 20% (vinte por cento), uma cooperativa não tem lucro, não é para gerar lucro. Então isso tem que ser avaliado. Acho que o modelo melhor seria é o que é adotado em São Paulo, que é adotado no Amapá, no Amazonas, as quais tive a oportunidade de visitar, a terceirização, através de médicos especialistas, que tira essa cooperativa, tem outro modelo, precisa ter coragem e decisão política de fazer, se quisermos melhorar a saúde pública. Falta recurso, mas precisa de alternativas para que possamos atender melhor a sociedade com o recursos que temos. Hospital das clínicas, já há informação. Eu recebi um documento do Governo Federal, informando que o hospital vai ficar para o Estado. Nós temos modelo no Brasil, que funciona bem. Tenho em vista que vai sair o curso de medicina, está definido, o hospital pode se transformar em um hospital universitário, como foi transformado o hospital geral, você capta mais recurso, através do Sistema SUS, e lá vai servir muito se for para a universidade, porque está na flexibilidade, e a universidade é uma fundação que tem flexibilidade para captar recurso da Suframa, há recursos específico no orçamento da Suframa. Pode ser capacitado para o laboratório, área de informática, pode dar uma contribuição muito grande. A Universidade do Amazonas capta recurso, a Universidade do Acre capta recurso. E uma das poucas a Universidade da Amazonas não tem projeto para a área de saúde pública, na Suframa, e a Suframa tem recurso, é a nossa Universidade. Tem gente que é contra o curso de Medicina, diz que a nossa Universidade é carente, mas eu não conheço nenhuma universidade sem recurso, toda a universidade que é bem conceituada no Brasil tem que ter um curso de ponta, também criticam que nós não temos material humano. Se nós implantarmos um curso de medicina, gente! eu trabalho neste projeto desde 2011, a universidade Estadual tem condições de começar um curso de medicina com quatro técnicos de nível superior no atual quadro técnico da Universidade Federal. Só no curso de enfermagem, nós temos três pós doutorados, haptos a trabalhar no curso de medicina. Nós temos cinco médicos mestres no Estado médicos, quatro doutores, só esses formam um quadro melhor do que o quadro atual da Universidade Federal do nosso Estado. No setor de Psiquiatria, nós estamos vivendo um drama. O Deputado Sampaio fala em cirurgia. Qual o grande problema hoje do HGR? Eu tenho um câncer de próstata que não pode ser operado por falta leito, falta retaguarda, você tem problema de coração falta retaguarda, não tem leito. E a Psiquiatria que era para estar no Coronel Mota. Saiu de lá por causa da vigilância Sanitária, o que precisa é adequar para que a vigilância sanitária libere o hospital, vai ter mais custeio, vai ter mais investimento. O hospital geral está pedindo socorro, abre onze leitos e ali vai se trabalhar com emergência e urgência. Hoje, você está escolhendo qual é a cirurgia que está com maior risco, pelo menos a informação que nós temos que para operar é porque falta leito. Então, deixo a sugestão para que a psiquiatria volte para o hospital Coronel Mota, é uma forma de aliviar o problema que está ocorrendo hoje no HGR. Sei que têm técnicos da saúde que são contra essa posição, mas estou falando quando o governo decreta estado de emergência. Então, É buscar alternativas. Oftalmologia, eu coloquei achando um absurdo o que nela se investe, não sou contra porque você trabalha com a vista, estou falando para rever o problema de atendimento nas clínicas, onde o maior investimento, não está no HGR, na área da cirurgia, na área do atendimento do HGR, a maior despesa do Estado é com as clínicas particulares. É isso que precisa ser revisto. Na área do bucomaxilo e na área ortopédica, o Estado está na contramão da saúde pública do Brasil. O quite completo não resolve, tanto num setor quanto no outro. Tem que acabar com esses lobby fortíssimo aqui entre dois ou três empresários, e adotar as mesmas medidas que são adotadas no

Amazonas, no Pará, o que eu estou falando, o Senhor sabe. Se nós acabarmos com aqueles kits e pagar o que a saúde consome, isso vai baixar significativamente as despesas relacionadas ao que estou falando aqui. É preciso derrubar esse lobby urgente, porque vai sobrar muitos recursos na área de saúde pública para outras coisas que nós estamos precisando. Agora, trata-se de uma decisão política, ter coragem de fazer, eu sei que, muitas vezes, não está dentro da sua responsabilidade, por mais que você sinta esse drama aqui no nosso Estado. Em relação aos dados da saúde, cuja responsabilidade, Deputado Sampaio, é dos Municípios, são assustadoras. Estou com os dados aqui, a cobertura da estratégia da saúde da família foi perfeita no interior, e atenção básica conta aqui é de 52%. Essa bomba, como Você falou, arrebenta o Estado e é uma obrigação das Prefeituras. É uma prova evidente, isto é, aqueles dados, aqueles números que estão sendo colocados aqui, são uma prova evidente, a gente precisa rever essa situação da saúde preventiva no nosso Estado. Tem que chamar os Prefeitos, o Ministério Público, tem que cobrar resultados, não se justifica esses dados que estamos recebendo aqui em relação à saúde preventiva, porque se não existir uma saúde preventiva forte, lógico que a situação das famílias vai acarretar problemas de saúde mais grave, e vai continuar superlotando os nossos hospitais por falta de um melhor atendimento na atenção básica de saúde nos Municípios do Estado. O povo procura área de urgência e de emergência, porque ele não encontra resultado na saúde preventiva, essa que é a verdade. O Estado precisa ter coragem de fazer uma propaganda ostensiva e que informe ao cidadão que ele tem que procurar o posto médico e se o posto não estiver funcionando, que o cidadão cobre do Ministério Público, porque a bomba só está arrebentando na saúde de média complexidade e saúde de baixa complexidade que é a melhor saúde, porque traz os melhores resultados. Pelos dados que estou vendo aqui, praticamente não existe, não existe. Fui contra o “Mais Médico”, vou lhe dizer Deputado Sampaio, se “Mais Médico” fosse feito por brasileiros, a situação seria outra. Eu tenho denúncias aqui na Comissão de Saúde de que médico passando e aí não é que o médico Cubano, o médico da Venezuelano, sejam menos capazes, do que o médico brasileiro, o problema e o idioma, o médico fala, mas o paciente não entende, quer dizer, a pessoa fala mas eles não entendem. Há casos de remédios, inclusive, para crianças passados errado. As informações que a gente tem é que a maioria desses médicos, seus colegas têm embargos do Governo de Cuba, e muitos medicamentos extremamente modernos que o Brasil fabrica e que são medicamentos que muitas vezes a patente é Americana, dos países que têm embargo com Cuba, eles não conhecem esses medicamentos, não houve tempo para que esses médicos conhecesse esses medicamentos. São mais de 15 denúncias na Comissão de Saúde, referentes à medicação dada errada que acabou criando problema. A criança que estava sendo atendida na baixa complexidade já não funciona, corre para a urgência, emergência, conforme, vossa Excelência colocou, acaba superlotando o sistema de saúde pública nosso. Então é preciso que a gente reveja. Isso me dá convicção do curso de medicina na Universidade Estadual, diferenciado do curso de medicina da Universidade Federal, até porque, com o Enem, e eu tenho dados para vocês que são técnicos da saúde, 95%, das vagas do Enem para Roraima, para o Amazonas, a Universidade Federal do Acre até suspendeu, não fez. Rondônia não fez, 95% são de estudante do sul e sudeste. Eu estudo na melhor escola particular de São Paulo, na melhor escola particular de Curitiba e venho competir com alunos que saem de uma educação péssima na área de saúde pública aqui da região norte. Sabe quando os nossos filhos vão estudar na Universidade Federal na Amazonas? Nunca, poderá ser um em cada dez mil, cem mil. O Enem precisa ser regionalizado para dar oportunidade para mudarmos o quadro do Brasil, colonizadores e colonizados, continuamos na época do descobrimento do Brasil. Os poderosos continuam mandando e gente recebendo ordem e batendo palma. Por isso que esse curso de medicina vai puxar o curso de enfermagem. E se o hospital das clínicas for transformado em hospital universitário, haverá melhora em todos os cursos na área de saúde da Universidade Estadual, conseqüentemente vai aparecer investimento. Vou ver colegas meus apresentando emenda para a saúde, porque começa a dar resultado de um projeto. O que a nossa Universidade Estadual não pode continuar é com cursos que começam do nada e não vão a lugar nenhum. Secretário, faltam professores de matemática, de física, química na nossa rede pública. O que a nossa Universidade fez? Criou o curso de Ciências Naturais, englobando química, física e matemática mas, não existe concurso público para essa área. E aí, a pessoa se forma e vai fazer o quê com o diploma na mão? Se não temos nem professor de química. Curso de segurança, aonde eles vão fazer concurso? No Estado? Não existe, na área privada? Não existe. É um outro curso que começa do nada e vai a lugar nenhum. Tem curso da nossa Universidade no de

Surumu que começou com 12 alunos e agora está com três, isso precisa ser revisto, até porque nessas áreas, não é competência do Estado, é competência da União, quando demarcou a área indígena. Esse é o papel da Universidade Federal e não da Universidade Estadual. A Universidade Estadual tem a competência de cobrir os gargalos que nós encontramos no nosso Estado. No caso da saúde pública, por exemplo, ele tem que dar uma prioridade nos investimentos que vão ser feitos, com os impostos que nós pagamos. No meu ponto de vista, como Parlamentar e cidadão, acho que a prioridade de nossa Universidade, estou fazendo esse desabafo como Presidente da Comissão de Saúde, para que Vossa Excelência nos ajude a mudar esse quadro. Saúde e educação não se muda com um estalar de dedos, é preciso de um longo prazo. Quero contar com seu apoio, com a equipe da saúde, para que a gente possa investir na nossa Universidade Estadual, priorizando agora a saúde pública. Um dia nós priorizamos o setor de Pedagogia da educação, hoje temos mestres, professores pós-graduados. Vossa Excelência convive comigo o drama da Universidade, não aceitar o reconhecimento dos Diplomas tanto quanto à educação, como se essas pessoas não quisessem reconhecer que eles têm filhos. E se eu tiver um professor no ensino médio com mestrado ou doutorado, a educação deles seria diferenciada da nossa, e eles teriam amanhã a oportunidade de fazer um concurso em pé de igualdade com os estudantes que vêm de fora tirar as vagas dos nossos filhos aqui. Sei que tem muita gente aqui que não é de Roraima, como eu não sou, mas esta é a terra dos meus sonhos, é a terra que um dia fez eu sair de um outro Estado e construir minha família aqui. Hoje, tenho os meus filhos como tem os filhos de todos os senhores. Nós queremos para os nossos filhos tudo aquilo que nós não conseguimos ter para nós. o que é que precisamos no futuro? Uma boa educação e uma boa saúde, e aí você tem uma boa qualidade de vida. Desculpe o desabafo, mas esse é o ponto de vista do Presidente da Comissão de Saúde do Estado de Roraima da Assembleia Legislativa. E eu deixo para o Senhor as considerações finais.

O Senhor Secretário de Estado da Saúde Dr. Alysson Bruno

Matias Lins - Bom, o primeiro desafio nesse último discurso é maior ainda, Primeiro, gostaria de falar ao Deputado Sampaio, que em nenhum momento vejo dois lados, oposição e situação, eu vejo representante do povo lutando pelo mesmo ideal, que é uma saúde de qualidade para a população, já tive várias vezes a oportunidade de ter a sua visita.

O Senhor Presidente Deputado Joaquim Ruiz, Secretário, o

Senhor me permite, tenho coragem de dizer isso: o Ministério Público tem a mania de criticar a saúde, de criticar a Assembleia que não toma providência mas, quando a gente convoca para uma audiência pública o Ministério Público Federal, não comparece mas é muito fácil ir para a mídia, criticar as ações que são tomadas em nosso Estado, porém ele não vem aqui discutir o que estamos discutindo. Não veio ninguém da área da fiscalização, e depois ficam cobrando, tem que conhecer a realidade do que se faz em Roraima.

O Senhor Secretário de Estado da Saúde Dr. Alysson Bruno

Matias Lins - O objetivo de todos aqui é um só, é melhorar a saúde e a saúde, é para todos. As dificuldades com a saúde não são só as locais, nós vemos que hoje o Sistema Único de Saúde - SUS, passa por uma crise nacional devido ao subfinanciamento principalmente por parte do Governo Federal. Eu não vejo este momento como um momento difícil de administrar. Eu vejo este momento de crise como uma oportunidade para a gestão atual repensar e reestruturar a saúde do Estado, porque o momento de crise é a oportunidade parar, pensar e planejar. Infelizmente, utilizando as palavra do Cônsul do Japão que fez uma visita no HGR, a nossa filosofia é diferente da oriental. O oriental passa cinco anos planejando para executar em cinco dias. E nós planejamos em cinco dias para executar em cinco anos. Eu acredito que neste momento toda a equipe técnica da SESAU, junto com a Assembleia Legislativa, com os órgãos de controle deram atenção especial para a saúde, estão buscando, em conjunto, para melhorar a saúde. E administrar uma saúde com muito recurso é muito fácil. O nosso maior desafio hoje, deputado, é otimizar os recursos disponíveis para a saúde, é priorizar ações, considerados que devem ser priorizadas. Algumas foram identificadas pelo Senhor pelo Relatório, mas o investimento em oftalmologia é todo feito com recurso federal e é custeado pelo recurso Federal, que é alto, porque a nossa rede própria não está funcionando. Se visitarmos o Hospital Coronel Mota, vamos ver que os nossos consultórios não estão adequados para ofertar um atendimento satisfatório. Quando o Sistema Único de Saúde não oferta o número de consulta suficiente para atender a demanda e a demanda de oftalmologia é alta, nós utilizamos a rede credenciada para ofertar esses serviços. Hoje, uma das especialidade que temos, é um número muito reduzido de reclamações em oftalmologia, porque o público não está sendo suprido na sua integridade, só em alguns procedimentos. A nossa rede não está estruturada para realizar esse procedimento. Em relação à faculdade de medicina na Universidade Estadual, eu também acredito,

porque eu sou fruto da Universidade Federal de Roraima. Se hoje estou aqui, colaborando com a saúde do Estado, como profissional e como gestor, é porque eu fui formado aqui no Estado de Roraima. Eu acredito que, com a abertura da Universidade Estadual, irão surgir novas oportunidades para a população do Estado para se formar na área e assim poder contribuir para a saúde aqui no Estado, assim como as outras faculdades, as de Enfermagem os cursos técnicos acabam aumentando a demanda dos profissionais, a oferta desses profissionais aqui. Então, a Universidade Estadual vai, sim, a longo prazo, ajudar em relação à oferta desses profissionais. Não é só profissionais que temos que ofertar, um exemplo muito claro é o Programa Mais Médicos. Eu acho que o programa que o Governo Federal deveria criar é o “Programa Mais Saúde”, porque não é só com médicos que se faz saúde, é necessário haver uma equipe multidisciplinar envolvida e tem que haver recurso, como: medicamentos, material e os exames complementares, porque papel e receituário não curam ninguém. Então, o que faltou foi um investimento sério pelo Governo Federal. O que o Governo Federal quis fazer em relação à saúde com mais médicos foi mídia, desrespeitando o conselho de classe. Se existem os conselhos de classe é porque servem justamente para proteger a população. Em nenhum momento os profissionais foram submetidos a um conselho de classe, ao CFM para validação do diploma para dar uma garantia maior à população em relação ao exercício da medicina no nosso país. Então, a saúde pelo Governo Federal deveria ter funcionado não como mais médicos, mas sim como mais saúde, porque hoje a população procura as unidades de urgência, Emergência, porque o acesso aos profissionais é mais fácil, a resolutividade é maior do que na atenção básica, onde tem o clínico - geral, tem o especialista, têm os exames laboratoriais e os exames de imagens, tem acesso aos exames de alta e média complexidades, de alto custo, o que muitas vezes ele não consegue na atenção básica. Então, você fixa um profissional no interior, profissional médico, onde ele não tem todos os recursos disponíveis para dar uma resolutividade maior àquela questão que faz o paciente procurar a unidade de saúde. Então, a saúde é multifatorial. Em relação à folha de pagamento, foi formado um acréscimo de cinco milhões provenientes acho que esse acréscimo foi um investimento, porque o servidor na área de saúde, diante do sacrifício do sacerdócio da profissão, ele deveria receber bem mais e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração-PCCR veio para isso, para melhorar a remuneração dos profissionais da saúde, ele contemplou todas as categorias, exceto a categoria médica. Os aprovados no concurso, foram empossados como novos servidores, em outubro, o número de médicos, principalmente das especialidades, não foram todas as vagas contempladas com médicos. Teve uma redução na cooperativa? Teve, com a entrada desses novos médicos, mas o impacto financeiro na folha de pagamento de cinco milhões de reais veio com o enquadramento dos profissionais, devido à aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração-PCCR, que foi justo. Então, não teria como reduzir os cinco milhões. A folha da cooperativa foi proveniente das outras categorias. Em relação à cooperativa, eu concordo com o Senhor, acho que a cooperativa tem que ser de médicos, é melhor do que pagar carga horária, plantões, é pagar produção, é pagar por aquilo que você faz. Então, neste momento, ah não posso realizar tal cirurgia, o Estado não vai ter o ônus, por não ter realizado aquela cirurgia. O profissional quer aumentar o número de procedimentos de cirurgias, ele vai receber proporcional ao trabalho que realiza. Então, vai equalizar, vai ser bem remunerado aquele que trabalha mais em relação àquele que trabalha menos. Acho que temos que mudar nosso processo de trabalho, a forma de remunerar a classe médica. A cooperativa, da forma que foi contratada, supriu a nossa necessidade naquele período. Eu acho que temos que rever e dar uma nova formatação para o futuro. Eu acredito que uma das alternativas para discutir com a gestão é o pagamento por produção, e essa produção poderá ser paga através de uma cooperativa contratada para procedimentos ou através de uma própria lei Estadual que estabeleça um valor para cada procedimento com base em alguma tabela que o Ministério da Saúde utiliza como parâmetro, como a tabela SUS ou CHPM ou uma tabela intermediária para pagar tais procedimentos como é feito na iniciativa privada, só que com um fator de redução maior. Acredito que será bem mais viável para o Estado e haverá um retorno para a população. Na Bucomaxilo, tem uma demanda grande, assim como na ortopedia. A maioria dos pacientes são provenientes de quê? Vítimas de acidentes de trânsito, medidas simples podem reduzir esses acidentes de trânsito tais como: aumento da fiscalização, através de blitz. O pagamento, nós temos já o que trabalha na assistência, quando o pagamento sai no final de semana, o número de vítimas aumentam, quando o pagamento sai principalmente no início da semana, o número de vítimas diminui. Acho que se deve repensar em relação a calendário do pagamento. Em relação aos fornecedores, o nosso coordenado geral da urgência, emergência, Dr.

Álvaro aqui presente, a quem nós pedimos, como gestão atual, para buscar novos contratos, em vez de comprar o material, comodatar o material, pagar apenas aquele material consumido e não adquirir aquele material de uma só vez, até dificultando o pagamento desse material. Da bucomaxilo, já conseguiu uma ata de registro de preço, um material comodato, examinado a viabilidade de aderir a essa ata, ou abrir um processo de comodato, tanto na bucomaxilo como futuramente na ortopedia. Na questão do bucomaxilo e ortopedia existe, assim como em toda a indústria farmacêutica de material de ótica e prótese, existe um cartel, a dificuldade de se adquirir material é grande, para você cotar material, conseguir fornecedores é muito difícil. O Senhor tem ajudado a Secretaria em vários sentidos, tentando sanar com decreto, mas a comunicação entre eles é muito curta. Então, como o nosso crédito está sendo retomado, já tínhamos perdido o crédito com os fornecedores, torna difícil realizar os abastecimentos, o que, graças aos esforços de toda a equipe técnica da SESAU e do nosso Governador, estamos conseguindo recuperar aos poucos, os fornecedores já estão nos procurando. Antes nós batíamos na porta dos fornecedores, e uma das medidas tomadas foi justamente para retornar esse crédito, utilizar fontes de recursos federais para custear a aquisição desses medicamentos e materiais, com isso, os fornecedores têm nova visão de gestão, estão vendo um comprometimento maior com o abastecimento desses medicamentos e estão procurando a Secretaria. Então, eu fico feliz quando entro na minha sala e vejo que tem poucos cobradores, hoje praticamente não aparece cobrador na porta. O curso, eu acredito que com a ajuda de vocês, com a aprovação do orçamento para 2015, através de Emendas Parlamentares, que forem destinadas à saúde, nós conseguiremos aumentar nosso orçamento e, com isso, aumentar nossa oferta de serviço para a população e melhorar nossa saúde. A saúde não depende só do Executivo, depende, também, do Legislativo e por incrível que pareça, também do Judiciário. Agradeço pela realização desta audiência. Acho que com essas audiências que nós amadurecemos, temos a oportunidade de discutir saúde e não temos medo de participar dessas audiências, nós temos o muita vontade de sentar com pessoas que representam a nossa população, que tem a autonomia de legislar para nossa população e que tem muito a contribuir pela saúde do Estado, assim como os nobres Deputados têm contribuído de alguma forma para melhorar nossa saúde. Obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Joaquim Ruiz - Parabéns Secretário e toda sua equipe, quero agradecer a presença dos senhores aqui na Casa, mas quero deixar o protesto em relação ao Ministério Público que exige, cobra essas audiências públicas, e na hora, principalmente, o Ministério Federal, manda dizer que não vai participar e nem manda representante. É lamentável querer desmerecer o trabalho, tanto da Secretária de Saúde do Estado quanto da Assembleia Legislativa. Obrigado. Boa-tarde aos Senhores. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, declarou encerrada a reunião às doze horas e cinco minutos. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierre, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Joaquim Ruiz
 Presidente da Comissão



O Poder Legislativo

no enfrentamento à violência doméstica



CHAME
 CENTRO HUMANITÁRIO DE APOIO À MULHER
 COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER/ALE-RR



Basta de violência contra a mulher!

8 mil
 atendimentos

(95) 3623 2103 - chame@al.rr.gov.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo